

**Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964)**  
**Notas biográficas**



**Resumo:**

Oficial de Aeronáutica

Participou na I Guerra Mundial onde se distinguiu no combate contra os alemães em Moçambique

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Comandante da Base aérea dos Açores durante a II Guerra Mundial

Governador da Índia Portuguesa 1936-1938

Presidente da República Portuguesa 1951-1958

Marechal do Ar

**Condecorações:**

Cavaleiro da Ordem Militar de Torre e Espada - Campanhas de África

Cruz de Guerra de 1ª Classe - Campanhas de África

Medalha Comemorativa das Campanhas de África - Moçambique 1914-1918

Medalha da Vitória com Estrela

Cruz de Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo

Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar

Medalha de mérito Militar de 1ª Classe

Cruz de Cavaleiro da Ordem Militar de Aviz

Banda das Três Ordens

Banda das Duas Ordens

Grã Cruz da Ordem Militar de Torre e Espada

Grã Cruz da Ordem de Santiago de Espada

Espada de ouro e prata das Forças Armadas de Espanha

Espada de prata da Força Aérea do Brasil

Espanha: Legião de Honra, Ordem dos Cisneros, Colar da Ordem Imperial do Jugo e das Flexas, Mérito Militar

Inglaterra: Ordem do Banho, Royal Victorian Chain

Brasil: Ordem de Mérito Militar do Exército, Naval e Aéreo, Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul

Grécia: Grã Cruz da Ordem do Salvador

Bélgica: Grande Colar da Ordem de Leopoldo

Venezuela: Colar da Ordem do Libertador

Malta: Grã Cruz de Honra e Devoção da Ordem Militar

Líbano: Grau Extraordinário da Ordem de Cedeo

Rep. Dominicana: Grã Cruz da Ordem de D. Sanchez y Mella

Colar da Ordem do Santo Sepulcro

Nasceu em Lisboa a 12 de Abril de 1894, e faleceu também em Lisboa a 2 de Setembro de 1964. Filho de João Carlos Craveiro Lopes e de Júlia Clotilde Cristiano Craveiro Lopes. Uma família de tradição militar.

Casou com Berta Ribeiro Artur. Do casamento teve quatro filhos: João Carlos Craveiro Lopes (coronel de cavalaria), Nuno Craveiro Lopes (alferes miliciano piloto aviador, arquitecto), M João Craveiro Lopes, Manuel Craveiro Lopes (tenente coronel da força aérea, comandante de aviação comercial)



1952 - Retrato oficial de família do Presidente Craveiro Lopes.

Da esquerda para a direita, em pé, Raul Telles Grilo, Manuel Craveiro Lopes, João Carlos Craveiro Lopes, Nuno Craveiro Lopes, com as esposas sentadas à sua frente.

Sentados M<sup>a</sup> João Craveiro Lopes Telles Grilo, Berta Ribeiro Arthur Craveiro Lopes, esposa do Presidente, Presidente Craveiro Lopes, M<sup>a</sup> Isabel Rodrigues Ferreira Craveiro Lopes e Helena Pinto da França Craveiro Lopes.

Os netos Paulo e Pedro, filhos de M<sup>o</sup> João, M<sup>a</sup> do Rosário e Francisco Higinio, filhos de João Carlos, Paula e Nuno, Filhos de Nuno

Aluno do Colégio Militar (27,1904-1911). Frequentou a Escola Politécnica de Lisboa.



1904 – Entrada para o Real Colégio Militar



Alistou-se como voluntário no Regimento de Cavalaria 2, em 1911.

Como 1º. sargento-cadete tira o curso de Cavalaria na antiga Escola do Exército, ingressando posteriormente na Aeronáutica Militar.

Em 1915 é mobilizado para a fronteira Norte de Moçambique, onde em Novembro de 1916 defrontando tropas alemãs durante a I Guerra mundial se destingue com bravura na defesa do forte de Newala e combates de Kiwambo:



1915 – Durante as expedições ao norte de Moçambique durante a 1ª Grande Guerra. Da esquerda para a direita, alferes Duarte Ferreira, Craveiro Lopes e Benard Guedes

“Em Março de 1915 dá-se a declaração de guerra entre a Alemanha e Portugal. Receando-se um ataque a Moçambique vindo da colónia alemã do Tanganica (Malawi), organiza-se uma expedição a Moçambique sob o comando do Coronel Moura Mendes. Dessa expedição faz parte o Aspirante de Cavalaria Craveiro Lopes. À chegada a Lourenço Marques, este recebe um estandarte bordado pelas senhoras, para o conduzir como porta estandarte da expedição. O comando, (4º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 3 - Dragões de Olivença, com 9 Oficiais e 101 Praças) recebe ordem para tomar Kionga, uma pequena faixa de território junto á Baía do mesmo nome a sul do rio Rovuma, que tinha sido ocupada à força pelos alemães em 1894. A acção é executada com sucesso sem encontrar resistência, por retirada do inimigo. Estabeleceram-se então vários postos de observação ao longo do rio Rovuma, a partir dos quais se faziam reconhecimentos em território inimigo. Nestes reconhecimentos tornou-se notável a acção do então Alferes Craveiro Lopes, que por várias vezes entrou em contacto com o inimigo, sustentando vivo combate com intrepidez digna de louvor. De seguida a marinha tentou uma travessia do rio para ocupar a margem alemã, mas apesar da bravura nos combates, teve que retirar. Foi então decidido pelo comando da metrópole enviar outro contingente e organizar uma travessia e ocupação da margem alemã em maior escala, o que se veio a verificar com sucesso, tendo também o Alferes Craveiro Lopes tomado parte na operação. Após a ocupação da margem norte do Rovuma, organizou-se uma coluna militar para marchar á conquista da fortificação de Newala, que é tomada; Dessa coluna faz parte o Alferes Craveiro Lopes, que segue depois no destacamento comandado pelo Major Leopoldo da Silva que persegue os alemães em debandada. Craveiro Lopes comanda o serviço de reconhecimento e observação e mais uma vez é ele que primeiro troca tiroteio com o inimigo, e fá-lo de tal forma que mereceu os maiores louvores. Infelizmente o comandante do destacamento é morto por fogo inimigo e as forças tiveram que voltar para Newala, sob o comando firme e sereno do Alferes Craveiro Lopes. No entanto a forma deficiente como foram organizadas as expedições pelos comandos na Metrópole, nomeadamente a falta de rendição das tropas doentes, as faltas de abastecimentos e medicamentos, e os transportes para suprir as necessidades das tropas, tornaram inútil ou quase inútil todo o esforço despendido nestas gloriosas acções: Newala foi cercada de novo pelos alemães e as tropas Portuguesas tiveram

que retirar por falta de efectivos, falta de munições, falta de mantimentos e devido ás doenças que grassavam entre os sobreviventes.”

Recebe por estas acções em 1917 aos 23 anos a Cruz de Guerra e é feito Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada. Segundo reza o louvor: “Em Newala mostrou grande valor militar e coragem fazendo fogo com uma metralhadora do fortim, serviço que não lhe competia, expondo-se e arriscando a sua vida, porque o inimigo não poupava a sua posição...”

Tira em 1918 o curso de piloto militar, na Escola de Aviação francesa, em Chartres, sendo na altura promovido a tenente.



1918 – Em Chartres, durante o curso de piloto militar

Embarca de novo para Moçambique como expedicionário onde permanece de 1918 a 1920.

Em Março de 1922, exerce as funções de instrutor de pilotagem, como capitão piloto aviador.

Em Maio de 1923 como capitão piloto aviador, é um dos 3 pilotos que inaugura o campo de aviação do Bussaco.

Em Junho de 1924 encontrava-se colocado na Divisão de Instrução da Escola de Aeronáutica Militar recém criada, quando juntamente com outros 37 pilotos aviadores contesta a decisão do Ministério da Guerra de colocar a direcção da Aeronáutica militar na Arma de Engenharia em vez de Cavalaria, de onde a maioria dos pilotos provinha. Como represália, foi-lhes dada ordem de prisão, ficando o grupo “arrestado” durante alguns dias no Forte de S. Julião da Barra em Oeiras, mas a Aeronautica Militar manteve-se ligada á arma de Cavalaria.

Em Novembro de 1925 sofre um desastre no alto de uma serra isolada em Espanha, tripulando um avião Fairey, ficando entalado sob a carlinga do avião capotado de que resultaram ferimentos graves, incluindo traumatismo craniano e ocular direito, contusão com fractura torácica e vertebral. Com a ajuda de 2 camponeses, o outro tripulante conseguiu retirá-lo do avião antes que explodisse. Mais tarde quando voltou a Espanha em visita já como Presidente da República, teve a alegria de voltar a ver e abraçar os camponeses que o tinham salvo do avião.



1925 - Francisco Higinio Craveiro Lopes, junto ao monomotor De Havilland no qual se despenhou na Serra de Gredos em Espanha.

Em 1926, colocado na Aeronáutica Militar, é nomeado director da Divisão de Instrução da Escola Militar, cargo que exerce até 1929, Voltando a exercer a mesma função em 1932, e também em 1939, por períodos curtos.

Em Agosto de 1929 é colocado no Estado da Índia como Ajudante de Campo do Governador-Geral, seu pai, General João Carlos Craveiro Lopes. Faz o levantamento aéreo de Goa, Damão e Diu num avião Junker e em 8 de Abril de 1931 e 26 de Fevereiro de 1932, faz os 2 primeiros voos experimentais de Correio aéreo Goa-Bombaim-Goa no “Marão”, avião monomotor De Havilland DH-80A “Puss Moth”. Este avião tinha sido utilizado pelo Capitão Manuel Moreira Cardoso e Tenente Francisco Sarmiento Pimentel na 1ª viagem aérea entre Lisboa-Índia, que demorou 18 dias (1-18 de Novembro de 1930), tendo os aviadores deixado o aparelho em Goa e regressado por via marítima devido a avaria.

Em 1930, como major, exerce as funções de chefe da Repartição do Gabinete do Governador-Geral da Índia.

De 1933 a 1934 ocupa a chefia do Gabinete do governador-geral da Índia, cargo que volta a exercer alguns meses em finais de 1936. É, em 1934, governador interino do distrito de Damão, cargo mais tarde confirmado com as atribuições de intendente. Sendo mesmo encarregado do Governo-Geral da Índia em 1936.

Em 1939, como tenente-coronel, comanda a Base Aérea de Tancos.

Comandante Geral da Aeronautica em 1941, negocia as condições de utilização da Base Aérea dos Açores pelos U.S.A., após o que é designado comandante da Base Aérea dos Açores.

Em Abril de 1943, após visitar a Frente Leste (frente de guerra alemã na Rússia ), é destacado a convite do governo do EUA para uma visita de 2 meses às instalações militares e indústria de guerra norte-americana.

Em Junho de 1943, tira o curso de Altos Comandos e é chamado para o Instituto de Altos Estudos Militares com funções docentes.

De 1944 a 1950, exerce as funções de comandante-geral da Legião Portuguesa.

De 1945 a 1949 é eleito pelo distrito de Coimbra, representante na Assembleia Nacional, cargo que acumula com o de comandante da Base Aérea da Terceira.

Em 1945, é promovido a brigadeiro e em 1949 a general.

Em 1951, é nomeado comandante da 3ª Região Militar, cargo que acumula com as funções docentes no Instituto de Altos Estudos Militares.

Em 1951 é indigitado pela União Nacional como candidato às eleições presidenciais.

Nesse mesmo ano, pouco após a morte de Carmona, é indigitado pela União Nacional como candidato às eleições presidenciais, sendo eleito a a 21 de Julho de 1951. (no interregno da presidência, esta foi assumida interinamente por Salazar).



Durante o seu mandato, com Salazar



Apesar de ter sido julgado um candidato capaz de suscitar consensos, cedo viria a revelar a sua frieza nas relações com o Presidente do Conselho e a demonstrar simpatia pela oposição à ditadura portuguesa. Por isso mesmo, não foi proposto para um segundo mandato presidencial.



1957 – Visita da Rainha de Inglaterra a Portugal

Em 1958, depois de retirado da política activa, foi feito Marechal da Força Aérea; ao mesmo tempo, manteve sempre os contactos com os líderes da oposição à ditadura portuguesa.

Em início de 1961 faz uma visita a seu filho Nuno em Moçambique, e mais tarde a Angola em 1962, onde constata a crítica situação política e militar escrevendo ao seu amigo Homem de Melo: "Não estou nada satisfeito com o que ví e ouvi aqui. A província está a passar por uma grave crise económica e social que pede uma resposta urgente e sensata, de modo a poder preparar-se para as dificuldades que ameaçam todos os territórios africanos a sul do Sahara." Pouco depois, colabora na tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz.

Em Agosto de 1962, após o malogrado golpe de Botelho Moniz, Manuel José Homem de Mello deu à estampa um livro chamado Portugal, o Ultramar e o Futuro. Trata-se de uma colectânea de artigos enviados para o vespertino "Diário de Lisboa", cuja publicação não foi autorizada pela censura. O livro parte do pressuposto da inevitabilidade histórica da independência de Angola e Moçambique e propõe uma dinamização e actualização da "nossa política ultramarina". Publicado no rescaldo dos massacres no Norte de Angola e da anexação de Goa pela Índia, o autor manifesta frontalmente a sua discordância "com a estrutura política actual" e preconiza o "caminhar de peito aberto, mas prudente e seguramente, pela ladeira da autonomia.



1962 – Em Angola com Spínola

O prefácio é da autoria de Craveiro Lopes. É um curto texto, em que, numa alusão clara à censura vigente, verifica que "a informação e a discussão" em Portugal "são de tal forma limitadas que praticamente pode dizer-se que a discussão é nula e que a informação fornecida é unicamente aquela que se ajusta ao pensamento oficial". Perante este cenário, o marechal defende que "há que escutar todas as correntes de opinião portuguesa, pois só assim será possível encontrar solução

verdadeiramente nacional”. Para o ex-Presidente, “deve informar-se com verdade e consentir na livre discussão”. E sem demoras, porque “não há um minuto a perder: pena é terem-se já perdido alguns anos!”.

Em 1963 dá uma importante entrevista ao “Diário de Lisboa”. A entrevista começa por ser interdita pela censura, mas acaba por ser autorizada e publicada na edição de 10 de Agosto de 1963, sob o título “Julgo que deveriam discutir-se livremente certos aspectos fundamentais da política geral, a evolução da vida económica e os problemas ultramarinos”. Defende “uma evolução gradual do regime”, com “a abolição da censura” e o respeito pela “livre informação” - o que, na boca de um ex-Presidente, é um desafio e uma heresia. “Como complemento lógico”, reclama “a liberdade de discussão e de expressão”. No campo económico, critica a recente integração no espaço EFTA, “quando todos sabem que os principais interesses do nosso comércio externo se situam na zona do Mercado Comum”. Quanto às colónias, sentencia: “Não soubemos aproveitar as oportunidades para estabelecer a evolução gradual que está na tradição da nossa administração ultramarina”. E numa alusão à cegueira e à rigidez de Salazar, afirma que há que reconhecer “com coragem e com senso as realidades da hora presente, por mais duras e dolorosas que sejam”. Uma crítica implícita mas inequívoca à guerra como solução para o problema africano.

Veio a falecer em Agosto de 1964, aos 70 anos, durante a noite, em situação pouco clara.

Sobre o seu carácter recto e integridade moral, é conhecido que todas as ofertas de estado e presentes pessoais que lhe ofereceram, foram doados a instituições e obras de caridade. Apenas guardou para si algumas das medalhas e ofertas de menor valor.

Conta-se que seu filho, Nuno Craveiro Lopes com sua mulher, então grávida, se encontravam entre os passageiros do comboio da linha do Estoril que descarrilou devido à derrocada da barreira junto ao farol de Caxias, em 1952. Embora não tenham ficado feridos, no meio da confusão entre mortos e feridos a esposa terá se sentido mal. Não sendo possível arranjar transporte no local, o filho telefonou ao Presidente, no sentido de lhe enviar um carro da Presidência para os levar a casa. Francisco Higinio, depois de se certificar de que se encontravam bem, retorquiu que não podia dar ordem para enviarem o carro pois estes eram exclusivamente para serviço oficial; Que procurassem um taxi para o efeito. E seu filho assim fez: foram andando a pé em direcção a Lisboa e um pouco adiante conseguiram apanhar um taxi...

Como norma, nas viagens e visitas, não eram oferecidos objetos de valor, conforme o desejo do Presidente que era transmitido previamente às entidades pelos elementos do protocolo. Apenas aceitava flores, medalhas comemorativas e diplomas honoríficos. Livros, só oferecidos pelos autores. Isto devia-se ao facto de que durante a inauguração das Feiras do Livro, era usual enviar uma camioneta que os livreiros faziam carregar com livros, facto que o Presidente achava despropositado. Do mesmo modo, nas visitas ao Ultramar, fez saber que não aceitava diamantes, metais de valor, peles, marfim, etc. Até um boi que lhe foi oferecido pelo Rei do Congo, que não podia recusar por motivos de protocolo, foi abatido e comido pelo seu povo, com grande satisfação.

O Generalíssimo Franco ofereceu em Maio de 1953, quando este visitou oficialmente a Espanha, um automóvel Pegaso, na altura um topo de gama desportivo, orgulho da indústria automóvel espanhola. Porque o General Craveiro Lopes, homem de grande honestidade e escrupulo, não desejava conservar presentes recebidos durante o seu mandato de imediato o registou, em 5 de Abril de 1954, em nome do Estado Português, Presidência da República.

Foi poucas vezes utilizado pelo General Craveiro Lopes mas o seu filho, Capitão Aviador João Carlos Craveiro Lopes, rodou alguns milhares de quilómetros até que em 1958, quando o Almirante Américo Tomás foi eleito Presidente da República, o Pegaso ficou imobilizado no Palácio de Belém. Mais tarde foi transferido para um armazém do Ministério das Finanças, em Xabregas, onde veio a sofrer graves danos com as inundações que assolaram Lisboa, em Novembro de 1967. Acabou por ser recuperado nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico de Alverca, obtendo-se um perfeito restauro na forma original. Actualmente encontra-se no Museu do Automóvel do Caramulo.

A visita de estado a Inglaterra em 1955, será recordada como um dos momentos mais significativos da vida mundana Portuguesa, sendo a primeira vez que um Presidente da República Portuguesa visita oficialmente aquele país. Consciente da importância do momento, Salazar disponibiliza ao Presidente as joias da coroa para que Berta, a sua mulher, pudesse apresentar-se condignamente junto da rainha. Craveiro Lopes recusa, preferindo encomendar numa ourivesaria da baixa lisboeta, um conjunto de colar pulseira e brincos, ainda que isso tivesse pesado no orçamento familiar e que tivessem de vender parte do património familiar. Berta apresenta-se radiante em Londres, usando vários vestidos feitos por si. O casal é recebido pela Rainha Isabel II e instalados no Palácio de

Buckingham, sendo rodeados de muitas atenções. Dois anos depois, Isabel II retribuirá a visita, deslocando-se a Portugal.

No fim do mandato de Presidente da República, o Governo de Salazar tentou "amenizar" a desfaçatez de não ter proposto o General Craveiro Lopes a um novo mandato com a sua promoção a Marechal, incluindo também a atribuição de uma casa para sua residência, e um automóvel do Estado, para seu uso pessoal. O ainda Presidente Craveiro Lopes, fez constar que não aceitaria qualquer benefício ou privilégio de parte do Governo, que não estivesse do antecedente, já publicado em lei. No respeitante a uma eventual promoção a Marechal, só a aceitaria se ela fosse da iniciativa das Forças Armadas e não do Governo. Entretanto, o General Botelho Moniz, indigitado novo Ministro de Defesa incitou o Presidente a aceitar a promoção nas condições que pretendia, pois assim não passaria à situação de reforma, continuando no activo, o que designou como "reserva de Nação". E foi assim que num dia do mês de Fevereiro de 1959, uma representação de Oficiais Gerais foi recebida, pelo então ex-presidente, na casa alugada para si por seus filhos, sita na Rua Sinel de Cordes, num 1º andar em Lisboa, onde o foram cumprimentar e transmitir a sua promoção a Marechal. Do mesmo modo a viatura que passou a dirigir, um modesto Ford Perfect, foi-lhe também oferecido por seus filhos.

O bastão e estrelas de Marechal da Força Aérea, para vergonha do governo de Salazar, foi-lhe oferecido em 1958, por subscrição pública da população de Moçambique que nutria por si um carinho e admiração especial, principalmente pelas posições que defendia, contrárias às políticas coloniais de Salazar. A iniciativa foi do Diário de Notícias de Lourenço Marques e foi um êxito, tendo-se recolhido uma pequena fortuna. Por seu desejo expresso, após a sua morte, foram oferecidos à população de Moçambique, ficando depositado no Museu Militar da Fortaleza de Lourenço Marques

A sua espada de Oficial-General, foi oferecida ao Museu do Colégio Militar por seu filho Coronel João Carlos Craveiro Lopes em 1985. Trata-se de uma espada que pertenceu sucessivamente ao General de Brigada da Arma de Artilharia, Francisco Xavier Craveiro Lopes (1814-1883), seu bisavô, General da Arma de Artilharia, Francisco Higinio Craveiro Lopes (1838-1909), seu avô e General da Arma de Cavalaria, João Carlos Craveiro Lopes (1871-1945), seu pai.

Visitas de Estado feitas durante o seu mandato:

1953 - 15 de Maio, visita a Espanha.  
1954 - Visita a S. Tomé e Príncipe e Angola  
1955 - 20 de Outubro, visita a Grã-Bretanha.  
1955 - Visita à Madeira, Guiné e Cabo Verde.  
1956 - Visita a Moçambique.  
1956 - 8 de Agosto, visita a União da África do Sul.  
1957 - Visita aos Açores.  
1957 - 20 de junho, visita ao Brasil

TESTEMUNHOS:

Escrito por Manuel Homem de Mello:

“Craveiro Lopes foi um homem em cuja família se respirou sempre os ares militares. Uma tradição mantida desde o século XIX. O bisavô e o avô tinham sido ilustres militares. Seu pai também o foi. Com uma família de militares, era natural que Francisco Higinio Craveiro Lopes seguisse também a carreira das armas.

O nome de Craveiro Lopes como um homem a ser indigitado para a Presidência da República surge por um mero acaso. Procurava-se um sucessor para o marechal Carmona, num momento político de melindre. Os militares estavam inquietos e a oposição também. Já se punha com alguma frequência a substituição de Salazar.

Craveiro Lopes era, na altura, um ilustre desconhecido com uma folha de serviço exemplar, de grande integridade pessoal, leal e isento de manipulação política. Visto pela óptica do regime, Craveiro Lopes, talvez fosse o homem ideal para reunir em torno da sua figura o consenso das oposições.

Candidato proposto pela União Nacional, acabou por ser o único candidato à Presidência, já que Ruy Luís Gomes seria rejeitado e Quintão Meireles desistiu antes das eleições. A 21 de Julho de 1951, é eleito para a Presidência da República.



Ao ser eleito nada fazia prever que esta Presidência acabasse por ser problemática, um verdadeiro estorvo, para o regime. Os problemas surgiram desde o início.

Entre Craveiro Lopes e o presidente do Conselho as relações foram sempre frias e formais. O feito das duas personalidades nunca poderia produzir relações amistosas. Poderia, no entanto, ter havido alguma empatia o que nunca se verificou.

Craveiro Lopes com o decorrer dos anos vai-se sentindo cada vez mais humilhado e vexado. Os discursos eram modificados, os projectos recusados ou protelados, as convocações da Presidência ao Governo ignoradas.

Era uma personalidade que não estava habituada a ser apenas um elemento decorativo, a desempenhar um papel passivo, sem uma actuação directa e visível. Como militar, herói na I Grande Guerra em África onde entrou em combate corpo-a-corpo com o inimigo alemão, condecorado com a Torre e Espada, fora habituado a agir.

Marcelo Caetano na sua obra Minhas Memórias de Salazar ao analisar a personalidade do Presidente refere que este não tinha sido talhado para aquele tipo de funções. Funções de um moderador, sem iniciativa, sem papel governativo. Um mero símbolo da unidade nacional e de guardião das instituições.

A oposição, por seu lado, foi-se acercando do Presidente. Com Craveiro Lopes foi nascendo a esperança de mudança.

Por meio de cartas, pedidos de reuniões, audiências davam-lhe conta do que se passava no País. Veiculavam a questão da censura, da falta de liberdade de reunião, da questão do sufrágio, etc. Do outro lado, o regime não pretendeu nunca um Presidente que quisesse exercer actividade governativa, ou que quisesse ter um papel activo. A situação foi-se tornando demasiado perigosa. Era necessário dar-lhe uma solução, antes que estivesse fora de controlo. Assim, o regime foi passando, a pouco e pouco, uma imagem negativa da personalidade de Craveiro Lopes, de forma a que pudesse ter justificação a sua substituição, em altura propícia.

Foi dando uma imagem do Presidente de inflexibilidade, de rigidez, de inacessibilidade. Acabou por ser conectado com a oposição ao regime, um homem disposto a substituir Salazar. Para passar esta última ideia Mário de Figueiredo foi o homem ideal ao fazer circular uma conversa, dita particular, que Craveiro Lopes teria tido com ele.

O ano de 1958 chegou. As eleições presidenciais também, tal como previsto pela Constituição. Craveiro Lopes ambicionava um segundo mandato e Humberto Delgado afirmaria mesmo que não concorreria se o Presidente o fizesse.

A União Nacional, no entanto, escolheu Américo Tomás. Craveiro Lopes é afastado. Recebe a distinção do macharelato ainda em 1958. Uma forma de compensação? Talvez! Ou uma forma de exigir lealdade? De qualquer forma era distinção atribuída aos Presidentes da República. No entanto, o seu envolvimento na tentativa de golpe militar de 13 de Abril de 1961 juntamente com Botelho Moniz e apoio dos EUA que estavam interessados na mudança de orientação da política Portuguesa nas colónias, é a manifestação concreta do seu inconformismo.”

Ainda por Manuel José Homem de Mello:

“A “ressurreição” de Craveiro Lopes”

“Vão decorridos 35 anos desde que, a 2 de Setembro de 1964, faleceu o penúltimo Presidente do Estado Novo, marechal Francisco Higinio Craveiro Lopes.

Tenho por incontroverso que o resultado de uma sondagem a que se procedesse, neste momento, com o objectivo de indagar “quem foi Craveiro Lopes”, não se afastaria, por esmagadora percentagem, de qualquer coisa como isto: “Craveiro Lopes ? Sei lá... Talvez um general do 'antigamente'...” (1) E, todavia, Craveiro Lopes terá sido, segundo creio, depois de Humberto Delgado, um dos mais importantes e significativos precursores - de dentro para fora do regime então vigente - da restauração democrática portuguesa. A memória dos homens não é apenas curta: é, sobretudo, injusta e ignara.

A iniciativa do EXPRESSO, de recordar agora, com o devido relevo, a figura e a trajectória do sucessor de Óscar Carmona na chefia do Estado, só pode, assim, merecer rasgados elogios. Mesmo que não venha a representar mais do que uma “ressurreição” fugaz.

Escassear-me-á, concerteza, o engenho e a arte para demonstrar, em meia dúzia de linhas, o ponto de vista que convictamente diligenciarei formular e defender. Paciência. Quando a intenção é louvável, o resultado afigura-se secundário.

Estamos em 1951. O desaparecimento do marechal Carmona - figura tutelar do regime personificado e liderado por Oliveira Salazar - mergulhara o Estado Novo numa crise de difícil solução, designadamente a partir do momento em que se tornara incontornável a indisponibilidade do chefe do Governo em aceitar a presidência da República, cargo que os dignitários do regime entendiam “pertencer”, por direito próprio, ao professor Oliveira Salazar.

Avesso a protocolos e a honrarias, Salazar não desejava nem ambicionava representar, mas tão somente mandar. O poder efectivo - e não aparente - era a sua verdadeira vocação.

Face ao impasse assim criado, a escolha de Craveiro Lopes - ao tempo deputado e comandante-geral da Legião Portuguesa - viria a resultar de um compromisso laboriosamente tecido e alcançado entre as várias facções que no seio do regime se digladiavam.

A surpresa com que a escolha de Craveiro Lopes foi acolhida pela opinião pública partilhou-a o próprio “candidato”.

Afastado da vivência política, desligado dos clãs que se afrontavam, pouco propício a manobras de bastidores, militar dos pés à cabeça, nada parecia predestinar Craveiro Lopes para a missão que Salazar - afinal apenas Salazar - decidira confiar-lhe. Nada, a não ser as características básicas que, segundo o próprio chefe do Governo, eram requeridas para o cabal desempenho do cargo: ser, portuguesmente, um homem de bem. E isso ele era concerteza.

Ao longo dos sete anos de mandato - exercido, convictamente, com galhardia, sentido das responsabilidades, lealdade e pundonor -, Craveiro Lopes foi “aprendendo” à medida que o tempo decorria. E “aprendeu” bem mais do que o “patrono” esperava e desejava, a ponto de evoluir por tal forma que, ao aproximar-se o respectivo termo, a metamorfose operada não poderia deixar de ser considerada menos do que radical: o desabar das ilusões que se foram desvanecendo e sobre ele se abateram viria a abrir os olhos do Presidente.

Incrédulo de início, acabou por descortinar que a verdadeira personalidade de Oliveira Salazar - a quem Craveiro Lopes votava autêntico culto - foi-se revelando susceptível de provocar dúvidas e perplexidades. Políticas e pessoais.

Políticas, uma vez que Salazar se tornara imune ao combate contra o imobilismo e o hermetismo que haviam bloqueado o regime. Políticas ainda, no que respeitava à orientação ultramarina - apoiada inicialmente por Craveiro Lopes sem reservas de qualquer espécie -, que acabou por merecer sérias reticências, à medida que se ia tornando patente que não poderia deixar de conduzir o país até ao dramático “beco sem saída” que mais tarde viria a ocorrer.

Mas dúvidas, para não dizer certezas também pessoais, uma vez que Salazar não se revelara capaz de enfrentar, com transparência, a situação decorrente do termo do mandato do chefe de Estado, prometendo continuar a ter em Craveiro Lopes “o único candidato possível e desejável”, do mesmo passo que ia preparando - à socapa - a “entronização” do almirante Américo Thomaz.

Ao descortinar a “armadilha” em que ingenuamente se deixara cair, Craveiro Lopes registou, sem jamais conseguir perdoar e esquecer.

Ao sair de Belém - desiludido e amargurado -, Craveiro Lopes não só parecia, como era, efectivamente, outro homem. A continuidade da presença de Salazar no vértice político tornara-se-lhe nefasta e inaceitável.

Poder contribuir para a respectiva substituição surgiu, assim, aos olhos de Craveiro Lopes, como um dever político a cumprir friamente e um ajuste de contas pessoal incontornável.

Foi assim que diligenciou participar, em 1961, na tentativa de golpe de Estado liderada pelo ministro de Defesa, general Júlio Botelho Moniz. Tentativa surpreendentemente malograda, tão significativos

e esmagadores se afiguravam os apoios militares de que parecia beneficiar. Tentativa que, aliás, até ao derradeiro minuto, o marechal pretendeu levar a cabo.

Foi assim que aceitou o meu convite para escrever, em 1962, o prefácio do livro Portugal, Ultramar e o Futuro, que ao tempo publiquei e no qual propugnava por uma nova política ultramarina, susceptível de conduzir, através da iniciativa portuguesa, os territórios de além-mar a assumirem o seu próprio destino, forjando novos Brasis.

A morte surpreendeu Craveiro Lopes quando mal completara 70 anos, tornando-lhe impossível assistir à evolução política que tanto acabara por almejar.

Incapaz de se renovar e de evoluir - nem mesmo com a “experiência” liderada por Marcello Caetano -, o Estado Novo viria a ser deposto, apenas uma década depois, através do 25 de Abril.

Seja, porém, como tenha sido, a verdade é que Francisco Higinio Craveiro Lopes ficou indissoluvelmente ligado ao despertar da Liberdade que acabaria por renascer em 1974.

Rendo, uma vez mais, justo e sentido preito à sua memória. Bem andaria o actual Presidente da República se concedesse a Craveiro Lopes, a título póstumo, a Grã Cruz da Ordem da Liberdade.

Nem de propósito: enquanto escrevia estas linhas tive ensejo de colocar a questão a dois universitários que costumam vir a minha casa, em visita de rotina, examinar o funcionamento da parabólica. A resposta de ambos não fugiu à regra acima referida: “Craveiro Lopes?... Não foi um general do 25 de Abril ?” Por vezes, a ignorância “escreve direito por linhas tortas”, como se verá mais adiante...

Aqueles que acaso possam ter algum interesse por maiores desenvolvimentos relativos a essas peripécias político-palacianas então ocorridas, poderão ler, com eventual vantagem, o prefácio publicado pelo autor destas linhas no livro Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, que a “Edições 70” lançou em 1983.

Escrito por Fernando Rosas:

“Um marechal na Conspiração”

“ Apesar do verdadeiro “fascínio intelectual” que segundo os que o conheceram de perto, a personalidade de Salazar exercia sobre Craveiro Lopes, este jamais lhe perdoará a “traição” das presidenciais de 1958 em que lhe afirmou que o apoiaria e por trás manobrou para que fosse escolhido Américo Tomás. Para que o presidente abandone o seu cargo sem o hostilizar, Salazar inclusivamente recorre a chantagem através do seu ministro da Guerra, Santos Costa, ameaçando mandar prender o seu filho mais velho, tenente-coronel João Carlos seu ajudante-de-campo, destruindo-lhe a carreira militar. Craveiro Lopes atribui mesmo que o clima de autêntico terror criado por esta situação sobre sua esposa D. Berta, desencadeou o acidente vascular cerebral que a leva à morte fulminante em Julho daquele ano, pouco tempo antes de abandonar as funções. Tudo isso, o leva a rever a sua ligação ao regime, a convencer-se do impasse do Salazarismo e a distanciar-se progressivamente da situação, após abandonar a presidência, durante a qual, por integridade pessoal, se tinha recusado a qualquer gesto de deslealdade.

Assim, Craveiro Lopes aproxima-se com outra intimidade dos movimentos reformistas, sempre sob a observação atenta da PIDE que nunca mais deixará de lhe seguir os passos e devassar a sua privacidade.

Á espera do desenlace adiado das eleições de 1958, todas as correntes reformistas o encaram como “uma reserva e uma esperança da Nação”. Na realidade Craveiro Lopes começa a aproximar-se de formas mais substanciais de conspiração. Provavelmente já teria tido algum contacto com a gorada “revolta da Sé” em Março de 1959, pois os oficiais que a promoveram, encabeçados pelo capitão Almeida Santos, estão perto da sua casa militar e são amigos de seu filho e ajudante-de-campo, major João Craveiro Lopes. Não admira por isso, que relativamente à “abrilada” de Botelho Moniz em 1961, o seu compromisso tenha sido total. Parece ter havido intenção por parte dos conspiradores de colocar Craveiro Lopes na chefia do Estado e Caetano à frente do Governo, apesar deste se ter distanciado sempre do “golpe”. Ao contrário de Caetano que nunca aparece, Craveiro Lopes arrisca tudo. Enverga a farda de gala e vai para a Cova da Moura onde, na tarde do dia 13 de Abril, se reúne o comando do movimento para decidir do arranque militar.



É sabido como a conspiração terminou, pelas 5 horas da tarde, com os comandantes militares, na Cova da Moura, na presença do marechal Craveiro Lopes, já demitidos horas antes pela antecipação de Salazar, depois de um penoso processo de ameaças e hesitações arrastado pelos chefes militares desde os últimos dias de Março. Ou se ia para a desobediência e o afrontamento militar, ou se desistia. Os conjurados desistiram, insensíveis aos apelos de Craveiro Lopes que insiste até ao último minuto. Apesar de os conspiradores terem tido as condições ideais para agir, tanto internamente como externamente, pois haveria inclusivamente um apoio disfarçado dos E.U.A., não há dúvida que a conspiração falhou pela inépcia, pela hesitação e pela cobardia política dos chefes militares golpistas, nos quais prevaleceu o espírito castrense da disciplina e o temor reverencial pelo poder instituído.

O que se seguiu faz parte da História: treze anos de guerra, 11.000 mortos, 15.000 deficientes, 60.000 feridos, 150.000 a sofrerem de “stress de guerra”, um milhão de mobilizados, um milhão e duzentos mil emigrados, mais prisões, mais repressão, mais arbitrariedades, mais perseguições e barbarismo sem conta. Para se fazer um “Abril de Novo” foi preciso esperar treze longos anos. Profundamente desiludido com este novo desaire, Craveiro Lopes, a quem o regime não ousou tocar, retira-se praticamente da vida política.

Em finais de 1962 aceita ainda prefaciá-lo um opúsculo de Homem de Mello, defendendo a necessidade de uma discussão nacional livre e aberta a todas as correntes da opinião Portuguesa, sobre a gravidade dos problemas que o País atravessa, nomeadamente sobre a questão da política colonial do regime, da qual sempre se tinha demarcado, propondo uma solução federalista. O livro foi apreendido durante algum tempo pela PIDE e o seu autor interrogado. Depois foi o silêncio.”

Escrito por José Pedro Castanheira:

“São tranquilos, quase apagados, os sete anos do mandato presidencial do general Craveiro Lopes. No final, porém, o Presidente surpreende todos ao entrar em ruptura afectiva e política com Salazar. Ao deixar o Palácio de Belém, e apesar da promoção a marechal, passa a ser alvo de atenta vigilância por parte da PIDE e da Legião Portuguesa. Crescentemente crítico de vectores estruturantes da ditadura, participa na malograda tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz, em Abril de 1961. No ano seguinte prefacia um controverso livro de Manuel José Homem de Mello, para, em 1963, em entrevista ao “Diário de Lisboa”, reclamar abertamente o fim da censura e pôr em causa a política ultramarina. O Estado Novo não tem estofos suficientes para suportar um dissidente com o perfil, a dimensão e o prestígio do ex-Presidente. Sem olhar a meios para atingir os seus fins, a ditadura decide recorrer à chantagem mais baixa e soez para o silenciar. Menos de um ano depois, fortemente pressionado e incomodado, o marechal é acometido por um ataque cardíaco. Claramente fragilizado, não resiste e morre.

Liberto do sagrado dever de lealdade para com Salazar, que se impusera a si mesmo durante os sete anos de chefia do Estado, Craveiro Lopes estreita relações com sectores militares mais descontentes com o curso do regime. A ponto de se comprometer na tentativa de golpe de estado de Abril de 1961, liderada pelo ministro da Defesa. A ligação ao general Botelho Moniz é assegurada pelo ajudante-de-campo e pelo conselheiro: João Craveiro Lopes mantém-se em contacto com o homólogo do ministro, o capitão Bernardo Sá Nogueira; Homem de Mello, por seu turno, relaciona-se com Manuel Cotta Dias, genro do general (e futuro ministro das Finanças de Caetano).

Homem de Mello presenciou o encontro em que os dois oficiais-generais selaram o seu compromisso. “Foi num jantar em casa do ministro, na Damaia, nos primeiros dias de 1961. Fui eu e a minha mulher que transportámos o marechal, no nosso carro”, conta. “Findo o jantar, foram os dois para a biblioteca, onde estiveram longamente, sozinhos”. Muito provavelmente, foi nesse encontro que ficou assente que, em caso de tomada do poder, Craveiro reassumiria a Presidência; a chefia do Governo seria entregue a Botelho Moniz, que o cederia pouco depois a Caetano. Este cenário é confirmado por outro dos golpistas, Francisco da Costa Gomes, à data subsecretário de Estado do Exército. “Creio que o próprio Botelho Moniz achava que a pessoa indicada para primeiro-ministro era Marcello Caetano. Quanto ao Craveiro Lopes voltaria a ser Presidente”, afiança o marechal Costa Gomes; “tínhamos toda a confiança na sua idoneidade moral e patriótica”.

São conhecidos os pormenores da intentona e as razões que ditaram o seu fracasso. Planeada para 13 de Abril de 1961, os líderes golpistas reúnem-se, ao princípio da tarde, no EMFGA, no Palácio da Cova da Moura: general Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional, general Beleza Ferraz, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, coronel Almeida Fernandes, Ministro do Exército, tenente-coronel Costa Gomes, subsecretário de Estado do Exército, general Albuquerque de Freitas, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e muitas outras chefias militares. O golpe contava com a

fidelidade declarada do Exército, a neutralidade prometida do Chefe do Estado-Maior da Armada e do Ministro do Interior e a oposição evidente do Ministro da Marinha, Quintanilha Dias e do subsecretário de Estado da Aeronáutica, coronel Kaúlza de Arriaga. Craveiro comparece à civil, levando consigo uma mala, onde transporta a farda de marechal e um revólver. Salazar antecipa-se e demite os revoltosos dos seus postos no Governo e nas Forças Armadas. Assume ele próprio a pasta da Defesa e, a meio da tarde, numa manobra política artilhada, fala ao país na rádio e televisão sobre... Angola, onde a guerra rebentara há dois meses. É o famoso discurso em que anuncia a ida da tropa para Angola, “rapidamente e em força”. E é com Angola que justifica a remodelação governamental e a alteração de várias chefias militares. Nos dias imediatos, inevitável, corre o boato (naturalmente captado pela PIDE) da prisão de Craveiro e de Botelho Moniz.

Como o regime não pode tocar no marechal, vingou-se mobilizando o seu filho João Carlos, do posto de ajudante-de-campo do marechal para uma comissão de 3 anos em Angola, S. Salvador do Congo, uma das zonas de guerra mais activa.

Para o substituir como ajudante-de-campo do marechal é nomeado, em Dezembro de 1961, o capitão de Cavalaria Luís Vicente da Silva. “O coronel Mário Cunha foi quem sugeriu o meu nome”. Colocado no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), era instrutor de equitação dos oficiais que frequentavam o curso do Estado-Maior. Vicente da Silva pouco tinha que fazer na qualidade de ajudante-de-campo. “Limitava-me a acompanhá-lo nos passeios a cavalo, normalmente à quinta-feira”, quase sempre em Monsanto; “ele tinha um alazão grande e bonito, que estava guardado nas cavalariças do IAEM”.

Ao iniciar as suas funções, o novo ajudante constata com estupefacção que é o próprio marechal quem se desloca ao Estado Maior da Força Aérea, na Avenida da Liberdade, para levantar o soldo - um pouco mais de onze mil escudos. “Apesar de ter sido Presidente, o vencimento não lhe era entregue em casa nem depositado directamente no banco”, protesta Vicente da Silva. “Era um sargento quem lhe entregava o envelope, lá numa cave - nem sequer um oficial”. A partir de então é Vicente da Silva quem, mensalmente, passa a receber o vencimento do velho militar. Iguamente humilhante foi a visita que um dia recebeu de um fiscal, alegadamente para verificar se possuía aparelho de televisão em casa e, em caso afirmativo, se pagava a taxa devida à RTP. Vicente da Silva refere que o fiscal, sem o mínimo respeito pela figura do marechal e ex-Presidente, e pese embora a informação de que não tinha aparelho, “obrigou-o a abrir a porta e entrou pela casa dentro. Ele, que nunca teve televisor. Uma vergonha!”

Abortado o golpe de estado - que ficou conhecido como “Abrilada” -, Craveiro Lopes não se remete ao silêncio e à inacção. A Legião, sempre atenta, assinala a sua presença, em Outubro de 1961, numa reunião “com um grupo de oposicionistas em Sanfins, Valpaços”.

No ano seguinte escreve o prefácio para um livro de Manuel José Homem de Mello, onde comete o supremo pecado de defender a discussão, livre e sem censura, da política ultramarina. O reaparecimento público é registado pela Legião e pela PIDE, que capta o fatal rumor de que “está na forja um valente golpe militar”. A liderança seria de Craveiro, que contaria com o apoio norte-americano...

Em 1962 o marechal viaja até Angola, até casa do filho João, em Ambrizete, onde estava em comissão de serviço. No ano anterior, fora o filho Nuno, arquitecto, que acolhera a visita do pai, em Lourenço Marques. Para a longa e extenuante deslocação a Angola, nada mais natural que se faça acompanhar pelo ajudante-de-campo. As autoridades, porém, recusam-se a custear as despesas do capitão Vicente da Silva. Resultado: o ex-Presidente faz a viagem sozinho.

No início de 1963, o marechal tem uma complicação cardíaca cujos contornos exactos são impossíveis de definir. Por um lado, no Hospital Militar nada consta sobre o seu passado clínico; por outro, tudo indica que desapareceram os registos do consultório de Ricardo Horta, o médico particular (falecido em 1985). Vicente da Silva fala num enfarte. Os filhos dizem que não terá chegado a tanto, mas confirmam a ocorrência de um problema cardíaco, senão mesmo de dois. Vicente da Silva recorda-se perfeitamente. “Foi numa quinta-feira” - que era o dia em que costumava acompanhar o ex-Presidente no passeio semanal a cavalo, antes de almoçarem juntos em sua casa. “Tenho ideia que estava um tempo outonal”, mas é incapaz de precisar a data. “Lembro-me que eu ia de blusão. Ele apareceu-me no Triumph de dois lugares, com a capota fechada”. Excelente observador, há um pormenor que o agora coronel reformado não mais esqueceu: “Ele apareceu com a barba por fazer - foi a única vez que o vi sem ter feito a barba. 'Senti-me muito mal esta noite', queixou-se”. Desnecessário é dizer que, nesse dia, não houve passeio a cavalo. O marechal foi visto pelo seu médico de sempre, Ricardo Horta, ele próprio cardiologista, com consultório no Chiado, no nº 74 da Rua Garrett, junto a uma das casas de chá mais distintas de Lisboa.

Durante uns dias toma um medicamento prescrito pelo médico. Para descansar e retemperar forças vai ter com o filho mais velho, colocado em S. Salvador do Congo, onde se cruza com o então tenente-coronel António de Spínola, seu adversário na “Abrilada”. A estada no Norte de Angola prolonga-se por cerca de dois meses. Em carta enviada a Homem de Mello confirma a sua desilusão relativamente à política ultramarina, a carecer de reforma urgente: “Tudo continua a processar-se como nós pensamos”.

Refeito do ataque cardíaco, o marechal regressa a Lisboa a 9 de Abril. Ostensivamente marginalizado pelo regime, é com justificada surpresa que recebe o convite para participar na cerimónia do 10 de Junho - uma homenagem aos heróis e às vítimas da guerra colonial, iniciada em Angola e entretanto alargada à Guiné. Foi a única cerimónia oficial para que foi convidado, desde que deixou a Presidência. “No meu tempo de ajudante-de-campo, nunca tal aconteceu”, confirma João Craveiro Lopes. O seu sucessor, Vicente da Silva, garante: “Durante os três anos em que desempenhei essas funções, foi essa a única cerimónia. O Estado Maior da Força Aérea enviou-lhe uma viatura a casa, para o transportar. Lembro-me perfeitamente, porque foi também a única vez que tive que me fardar como ajudante-de-campo”.

No final de Junho, decepcionada, a Legião detecta o seu retorno à conspiração: “Tem andado activo juntamente com o general Beleza Ferraz à procura de uma oportunidade para desferirem um golpe no regime de Salazar”.

Dois meses depois, dá uma importante entrevista ao “Diário de Lisboa”. A entrevista começa por ser interdita pela censura - e disso se queixa um jornalista do vespertino, Raúl Rego, em carta ao coronel Hélder Ribeiro (um dos mais destacados vultos da oposição republicana), interceptada pela PIDE. A entrevista acaba por ser autorizada e publicada na edição de 10 de Agosto de 1963, sob o título “Julgo que deveriam discutir-se livremente certos aspectos fundamentais da política geral, a evolução da vida económica e os problemas ultramarinos”.

A entrevista - a única que concedeu desde a saída de Belém - é uma demarcação pública e formal em relação à ditadura. Não admira, pois, o seu impacto internacional - nas chancelarias e na Imprensa. Sintomática é a notícia do “Jornal do Brasil”, que titula na primeira página da edição de 12 de Agosto: “Craveiro pede mais liberdade em Portugal”.

Ao tempo em que Craveiro Lopes faz as bombásticas declarações ao “Diário de Lisboa” já a PIDE investigava, afanosa e pérfida, uma informação que lhe chegara sobre um alegado romance do marechal. Tratar-se-ia de uma senhora casada, de ascendência espanhola, bastante mais nova, bela e distinta, Elizabeth Humanes Dias.

Viúvo vai para cinco anos, vivendo sozinho no seu apartamento na Rua Sinel de Cordes, apreciador da companhia feminina, ignora-se como é que Craveiro Lopes se travou de amores com Elizabeth - e muito menos quem os apresentou e onde se conheceram. Como se ignora quando e como é que a polícia política tomou conhecimento da paixão do ex-Presidente por Elizabeth. O que é indiscutível é que se inicia nessa altura um processo de autêntica “agressão moral” a Craveiro (como assinalam Alfredo Caldeira e Santos Carvalho, em A Tirania Portuguesa).

A primeira referência existente no Arquivo da PIDE/DGS data de 3 de Agosto de 1963, quando um inspector-adjunto da Secção Central manda averiguar a “identidade e modo de vida” de Carmen Garcia e Elizabeth Dias, aparentemente a residirem na Avenida da República, 44, 3.º Dt.º. Consciente do que está em causa, o responsável da polícia política sublinha que “dentro das possibilidades, estas averiguações devem ser efectuadas com discrição”. A informação solicitada chega um mês e meio depois, a 17 de Setembro. “As duas senhoras citadas são sócias da casa Carmen Modas” - uma das mais distintas “boutiques” da alta sociedade lisboeta. As duas têm ascendência espanhola. Elizabeth é casada e vive na Rua Praia da Vitória; Carmen, por sua vez, é divorciada e habita na Rua Tomás Ribeiro. “Ambas as senhoras” - lê-se na informação, colhida por dois agentes da PIDE - “se deslocam frequentemente ao estrangeiro, a fim de, segundo consta, contactarem com os grandes centros da moda feminina”.

A investigação policial sobre as duas mulheres prossegue. São solicitados dados à Divisão de Estrangeiros da própria PIDE, bem como à Direcção dos Serviços de Identificação. Abertas as inevitáveis fichas individuais, as informações recolhidas são guardadas no processo nº 490-CI(1), em nome de ambas. Ao processo é junto, em data desconhecida, uma fotografia (de estúdio) de Elizabeth, bem como o respectivo negativo.



Elizabeth e Carmen tornam-se familiares aos olhos e ouvidos dos agentes encarregados de vigiar o marechal. O nome de Carmen Garcia é mesmo referido numa das escutas telefónica, efectuada pela PIDE a 11 de Setembro. As duas mulheres são vistas com frequência a tomar chá com o ex-Presidente na pastelaria Versailles, um dos estabelecimentos mais “in” da capital, três quarteirões acima da Carmen Modas. Diz quem acompanhou o namoro que ao encontro de Craveiro e Elizabeth na Versailles comparecia sempre uma terceira pessoa - um “chaperon”, como se dizia -, para não provocar suspeitas.

Apesar da suprema discrição de ambos, cedo o caso cai na coscuvilhice. Porteiros e vizinhos logo se põem a imaginar coisas. O mesmo sucede às clientes e empregadas da Carmen Modas e aos criados e frequentadores da Versailles, que não querem perder uma pitada que seja de uma história que se adivinha picante. O sussurro deixa de se cingir ao eixo “Carmen-Versailles”, chega ao cabeleireiro Martins, na Duque d'Ávila, onde Elizabeth se arranja, e espalha-se à Lisboa alcoviteira e às redacções dos jornais. “Ouvia-se falar muito nisso”, confirma o cabeleireiro Vítor Hugo. “É claro que não se falava directamente, porque neste meio social as coisas não se dizem, insinuam-se, ficam no ar”. Vítor Hugo, um dos nomes sonantes do “métier”, a trabalhar actualmente na Casa Ayer, prossegue: “A partir de certa altura já se falava tanto que eles acharam melhor encontrarem-se em locais públicos, para disfarçar. Mas sempre acompanhados por alguém”.

Incapaz sequer de imaginar que a PIDE está a devassar miseravelmente a sua intimidade, Craveiro Lopes não altera o seu comportamento quotidiano. Em Outubro de 1963, a Legião verifica que se reúne “com frequência” numa propriedade de Homem de Mello - a quinta da Aguieira, em Águeda - com alegados “elementos oposicionistas de grande vulto”. Dias antes, à respectiva ficha fora acrescentado mais um dado: “Consta que pensa ser Presidente do Concelho um dia que isto mude”.

Com Humberto Delgado a sofrer a erosão do longínquo exílio e os militares da “Abrilada” punidos, desarticulados ou mobilizados para a guerra colonial, Craveiro Lopes passa a ser encarado pelo regime como um dos seus principais adversários. Tanto mais que possui a credibilidade de quem foi Presidente durante sete anos e o prestígio de ser o único marechal das Forças Armadas. Aos 69 anos é erigido pelos sectores mais retrógrados e rancorosos do salazarismo como um inimigo. E na mais implacável lógica da ditadura os inimigos são para combater - e, se necessário, abater...

É seguramente nesta altura que a PIDE é chamada a um patamar superior de actuação. Ignora-se o grau de envolvimento do ministro do Interior, Alfredo Santos Júnior - que tutelava a polícia política - e do próprio Salazar, com quem o novo director-geral da dita, major Silva Pais, despachava regularmente. No entanto, é pouco verosímil que o Presidente do Conselho não fosse ao menos informado de uma operação contra um antigo Presidente.

Certo é que o inspector Rosa Casaco é chamado a intervir. Fotógrafo de grande qualidade e com acesso directo ao ditador, polícia implacável e habituado a missões de elevado melindre, é encarregado de obter um flagrante. “Fui fotografar o Craveiro de longe, quando ia para um encontro com uma amante. Fiz a foto dele a entrar em casa - só isso”. O polícia-fotógrafo não se lembra de quem partiu a ordem, mas admite que tenha sido de Pereira de Carvalho, o número três da PIDE, encarregado das operações especiais. “O Pereira de Carvalho é que tratava da vigilância ao Craveiro”, explica o inspector que, em Fevereiro de 1965, haveria de chefiar a brigada que assassinou o general Humberto Delgado. Rosa Casaco tem ideia de que o apartamento era “na Avenida Visconde Valmor, mesmo ao pé do Técnico”. Este local, contudo, não coincide exactamente com o apontado por Homem de Mello, que julga ter sido numa paralela, na Avenida Miguel Bombarda. Já Manuel Garcia e Lourdes Maurício (no livro O Caso Delgado - Autópsia da “Operação Outono”) admitem que o local dos encontros seria “uma casa próxima da Feira Popular”. Um outro lugar seria fora de Lisboa, em Fontanelas, perto de Sintra, numa quinta que seria propriedade da própria Elizabeth.

Conhecedor do romance do velho marechal com uma senhora casada, e na posse dos elementos de prova obtidos pela PIDE, alguém altamente colocado no interior do regime decide passar à chantagem. Com o objectivo de controlar os seus passos, de condicionar as suas incursões pela política, de o domesticar - no limite, de o silenciar.

José Manuel Homem de Mello testemunhou pessoalmente a manobra chantagista. Um dia, em data que é incapaz de especificar, recebeu uma chamada telefónica do marechal. Alvoraçado, “queria falar comigo, ainda antes do nosso almoço semanal”. Chegado ao apartamento na Rua Sinel de Cordes, reparou que o anfitrião “estava visivelmente nervoso. Muito contrafeito, até porque havia uma grande diferença de idade entre nós, confessou que tinha um romance com uma senhora casada”. Em seguida, contou que estava a ser objecto de chantagem. Recebera, com efeito, “uma carta apócrifa”, cuja autoria era levado a atribuir a alguém da Legião Portuguesa, uma instituição que bem

conhecia e que era useira e vezeira neste tipo de pressões. “O marechal deu-me a carta para ler, de onde tinha recortado com uma tesoura o nome da senhora. Dizia que havia fotografias comprovativas e ameaçava contar tudo ao marido e publicar a história na imprensa brasileira”. A escolha do Brasil não era por acaso: sem censura, era um país onde o nome do marechal era bem conhecido e com uma numerosa colónia portuguesa.

Vivamente indignado e disposto a apurar a origem da chantagem, “pediu-me para ir falar com o director da Polícia Judiciária, porque tencionava apresentar uma queixa-crime”. Homem de Mello foi falar com o responsável da PJ, Orlando Gomes da Costa, de quem era conterrâneo e conhecido. “Quando lhe falei no assunto, ele ficou aflito” - certamente por ter antevisto o dedo da PIDE por trás do caso. “Pediu para tirar uma fotocópia da carta, o que eu permiti, mas aconselhou-me a não fazer queixa, porque não dava nada”. Afinal, o que podia fazer a PJ ante a toda-poderosa PIDE?

Orlando Gomes da Costa, o então director da PJ e actualmente conselheiro na reforma, não se lembra do caso, mas admite que possa ter sucedido: “Se o Manuel José Homem de Mello diz que aconteceu, é porque aconteceu”. O professor Antunes Varela, à época ministro da Justiça, com a tutela da Judiciária, desconhece o caso. E duvida: “Acho muito estranho o Homem de Mello nunca me ter dito nada”. Este, porém, mantém a sua versão e é peremptório: “Dou a minha palavra de honra!” Da fotocópia da carta, contudo, não há qualquer rasto na PJ.

O coronel Vicente da Silva teve conhecimento de uma outra tentativa de chantagem, a partir das gravações das chamadas telefónicas e de um alegado filme, mas com objectivos completamente diferentes. “Foi ele próprio quem me contou, durante um dos nossos passeios a cavalo. Recebera uma carta anónima, exigindo a entrega de 50 contos numa determinada data e local”. Não muito avultada, a verba a ser extorquida era equivalente a cinco vencimentos mensais de um marechal, o que hoje em dia andaria à volta de quase cinco mil contos. Em caso de recusa, “a carta ameaçava com o envio ao marido da senhora de uma cópia de um filme e das transcrições das fitas magnéticas”. Feita uma investigação sumária, verificou-se - assegura Vicente da Silva - que os autores eram um casal da PIDE, dos muitos encarregados da vigilância e das escutas. O agora coronel na reforma - que tem a pintura como hobby - garante que o marechal recusou a chantagem; em resposta, “consta que o marido da senhora recebeu o filme e as escutas”.

Simple coincidência ou não, as últimas movimentações do marechal detectadas, quer pela PIDE, quer pela Legião, são as de Outubro de 1963, já referidas. A partir daí, e a acreditar nos registos daquelas duas diligentes organizações, Craveiro Lopes desaparece de cena, finalmente remetido ao silêncio e obrigado à inacção. Consequência directa da chantagem a que passou a estar submetido? É muito provável. Não só por si, mas, cavalheiro como sempre foi, também para proteger a reputação de Elizabeth.

Meia dúzia de meses depois, a 2 de Setembro de 1964, o marechal morre. Na véspera, recorda o filho João, tinha ido jantar com uns amigos a um afamado restaurante, na Avenida Fontes Pereira de Melo. Segundo o assento de óbito, faleceu às 11 horas, em sua casa, na Rua Sinel de Cordes.

Oficialmente, os irmãos Luís Sousa e Faro e Maria Amélia Rito, sobrinhos do marechal, foram os primeiros a verificar o óbito. “O marechal telefonou de manhã cedo para o médico, dr. Ricardo Horta, a dizer que se sentia muito mal”, recorda Maria Amélia. “Como ele vivia no Estoril, o dr. Horta telefonou de imediato para o meu irmão, que residia em Alvalade, pedindo-lhe para ele ir a casa do tio, ver o que se passava”. Luís Sousa e Faro e a irmã Amélia metem-se num carro e correm ao nº 3 da Sinel de Cordes. “Chegámos lá ainda não eram 10 horas. O tio já estava morto. Encontrámo-lo deitado na cama, de pijama”. Só depois é que aparece Ricardo Horta e, mais tarde, o filho João, que entretanto fora avisado pelo telefone. Quando este, vindo de Cascais, entra em casa do pai, já estava tudo consumado: “O corpo estava composto, deitado na cama, vestido com um pijama e a face barbeada”.

O assento de óbito nada adianta quanto a eventuais testemunhas do falecimento. Segundo João Craveiro Lopes, a velha criada Maria não estaria em casa naquela manhã. Amélia Rito tem a mesma impressão. A hipótese de Elizabeth ter assistido aos últimos momentos de vida do marechal não pode ser inteiramente afastada. Basílio Horta, o filho do médico Ricardo Horta, baseado naturalmente em confidências paternas, adianta que “ele morreu ao pé dela. Segundo vim a saber mais tarde, ele tinha mesmo uma paixão pela senhora”. A versão de Homem de Mello é coincidente: “O dr. Ricardo Horta disse-me que ele tinha morrido nos braços da senhora”. Esta versão chegou aos ouvidos de Irene Piçarra, que durante mais de trinta anos secretariou aquele que viria a ser o segundo marido de Elizabeth. O ajudante-de-campo nada adianta de concreto: “Soube da morte pelo telefone, pelo filho mais velho”, conta Vicente da Silva, já em vias de ser substituído por João Craveiro Lopes, entretanto regressado de Angola. A causa da morte, constante da certidão de óbito, foi uma

“cardiosclerose” - designação muito vaga que significa “doença arterioesclerótica das coronárias”. O diagnóstico foi feito pelo médico Ricardo Horta, sem que tivesse havido autópsia. É impossível determinar com exactidão a causa próxima do ataque cardíaco que vitimou o marechal. Homem de Mello, que terá sido quem mais de perto lidou com as circunstâncias da referida chantagem, não hesita em estabelecer uma relação de causa e efeito entre esta e a síncope. “Tanto mais que ele já tinha tido, uns tempos antes, um 'malaise' cardíaco. Deste ponto de vista, a morte até nem me surpreendeu completamente”.

Idêntico é o parecer de Vicente da Silva, que destaca “as inúmeras afrontas” a que fora sujeito durante anos. “Era um homem seriíssimo, de grande honestidade, que não gostava nada que o pisassem. Imagino como se terá sentido quando procuraram desonrá-lo de forma tão vergonhosa, mesquinha e inqualificável”.

Aos filhos do marechal só muito depois do 25 de Abril chegaram vaguíssimos rumores do romance. Desconhecedor da chantagem de que o pai foi vítima, o filho João admite que ela possa ter estado na origem da morte. “É muito natural”, declara o primogénito, “até porque ele já tinha tido um ou mesmo dois problemas cardíacos. Lembro-me que o dr. Ricardo Horta o examinara dias antes. Disse-me depois que ele estava bem, mas que qualquer circunstância anómala poderia ter aquele desfecho”.

Também Basílio Horta ignorava a história da chantagem. “Não sabia! Mas se isso aconteceu, magoá-lo-ia muito, é evidente”. O futuro dirigente do CDS era o único dos quatro filhos do médico Ricardo Horta que vivia com o pai, o que lhe proporcionou um estreito convívio com o marechal, “que era uma visita frequente de nossa casa. Andávamos os dois a cavalo: íamos até ao Estádio Nacional. Além disso, ele emprestava-me o seu Triumph”. Para Basílio Horta, Craveiro “era um homem de bem, de carácter. Não duvido que, para ele, uma chantagem desse género seria terrível”. O corpo foi para a capela do Hospital Militar Principal, na Estrela, onde, porém, não foi encontrado qualquer registo clínico.

O funeral, organizado pelo Departamento da Defesa Nacional, decorreu com as honras devidas a um ex-Presidente, que, significativamente, não teve direito a luto nacional. Presentes Américo Thomaz, Salazar e toda a nomenclatura política e militar. Antes, Salazar indagou junto da família se haveria algum inconveniente na sua participação nas cerimónias. Para tanto, enviou um emissário, na pessoa do coronel Rafael Alves, que contactou com o filho mais velho do falecido. O corpo foi transportado, em cortejo automóvel, do Largo da Estrela até ao cemitério dos Prazeres, sempre acompanhado por uma guarda de honra composta por elementos dos três ramos das Forças Armadas. À chegada ao cemitério, e antes de ser depositado no jazigo de família, o corpo de Craveiro Lopes foi saudado por uma salva, disparada pelo Batalhão da Armada, enquanto a banda da Força Aérea tocou uma marcha fúnebre e, por fim, o hino nacional. Apesar de ter sido um funeral nacional, organizado pelo Estado, este não pagou as despesas contraídas junto da agência, a Alfredo Magno & Jaime Gomes. A família foi informada que, para tanto, deveria apresentar o indispensável requerimento. Os filhos recusaram-se a tamanha humilhação e decidiram arcar com os custos.

Por iniciativa da família, no dia 9 de Setembro foi rezada a missa do sétimo dia, na igreja de Santo Condestável. Esta última homenagem, contudo, foi pouco menos que ignorada pelo regime que teve Craveiro Lopes como supremo magistrado da Nação. O Presidente da República fez-se representar pelo secretário-geral. Não compareceu nenhum membro do Governo: nem sequer os ministros militares. O mesmo aconteceu com o Chefe de Estado Maior da Força Aérea - por sinal, a arma do falecido marechal. Mas a ausência mais densa de significado foi, sem sombra de dúvida, a de Salazar, que, segundo o “Diário de Notícias”, nem se fez representar na celebração. O matutino officioso deu ao evento uma envergonhada local, ao fundo da segunda página. Rancorosa e vingativa, a ditadura ajustava as últimas contas com o ex-Presidente da República:.”